



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 1.002, DE
2022**

Acrescenta-se o §4º, ao art. 48, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), obrigando o transporte gratuitamente da ajuda técnica utilizada pela Pessoa com Deficiência, na cabine da aeronave, da forma que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica) para dispor sobre o transporte gratuito das ajudas técnicas utilizadas por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo comercial de passageiros.

Art. 2º O art. 48 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência) passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art. 48

.....

§4º As companhias aéreas ficam obrigadas a transportar, sem custo adicional para a pessoa com deficiência, as ajudas técnicas utilizadas por ela, incluindo cadeiras de rodas, em cabine, quando for tecnicamente viável, ou de forma segura e adequada no porão da aeronave, com as seguintes condições:

I - A cadeira de rodas ou dispositivo de mobilidade deverá ser adequadamente embalada para protegê-la de danos durante o transporte. As companhias aéreas poderão fornecer capas protetoras especiais ou até caixas de transporte reforçadas que minimizem o risco de danos físicos.





II - A equipe de manuseio de bagagens deverá ser treinada de forma especializada para lidar com equipamentos de mobilidade, garantindo o manuseio correto das cadeiras de rodas e dispositivos de mobilidade, evitando danos durante o carregamento e descarregamento da aeronave.

III - As cadeiras de rodas e dispositivos de mobilidade deverão ser armazenados em áreas separadas do porão, com a implementação de suportes fixos ou ganchos de amarração, garantindo que não se movam durante o voo e que outros itens não sobrecarreguem ou danifiquem o dispositivo.

IV - Caso a cadeira de rodas ou equipamento de mobilidade não seja recuperado ou sofra danos, a companhia aérea deverá fornecer alternativas de mobilidade temporária, como cadeiras de rodas substitutas ou outros dispositivos de mobilidade, imediatamente após a chegada, até que o problema seja resolvido.

V - As companhias aéreas deverão fornecer informações claras e detalhadas aos passageiros com deficiência sobre o processo de transporte das ajudas técnicas, incluindo limitações de espaço, a necessidade de embalar o dispositivo adequadamente e o que fazer em caso de dano ou extravio.”

Art. 3º O art. 234 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, passa a vigorar acrescido do seguinte §6º:

“Art. 234

.....

§6º No transporte aéreo comercial de passageiros, a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida terá direito ao transporte gratuito das ajudas técnicas necessárias à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, inclusive cadeiras de rodas, nos termos previstos na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 4º As alterações da legislação previstas nos arts. 2º e 3º desta Lei não produzirão efeitos nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente posteriores a sua publicação, devendo a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC regulamentá-las nesse período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2025

Deputado **DUARTE JR.**
Presidente

